



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS**  
**SEGUNDA SEÇÃO DE JULGAMENTO**

**Processo nº** 10283.002340/2005-12  
**Recurso nº** 169.188 Voluntário  
**Acórdão nº** 2202-00.900 – 2<sup>a</sup> Câmara / 2<sup>a</sup> Turma Ordinária  
**Sessão de** 30 de novembro de 2010  
**Matéria** ITR  
**Recorrente** CESAR FERNANDO PILATI  
**Recorrida** FAZENDA NACIONAL

**ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - ITR**

Exercício: 2001

RECURSO VOLUNTÁRIO - INTEMPESTIVIDADE - Não se conhece de recurso contra decisão de autoridade julgadora de primeira instância quando apresentado depois de decorrido o prazo regulamentar de trinta dias da ciência da decisão.

Recurso não conhecido.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, não conhecer do recurso, por intempestivo.

(Assinado digitalmente)

Nelson Mallmann – Presidente

(Assinado digitalmente)

Antonio Lopo Martinez – Relator

Composição do colegiado: Participaram do presente julgamento os Conselheiros Maria Lúcia Moniz de Aragão Calomino Astorga, João Carlos Cassuli Junior, Antonio Lopo Martinez, Ewan Teles Aguiar, Pedro Anan Júnior e Nelson Mallmann. Ausente, justificadamente, o Conselheiro Helenilson Cunha Pontes.

## Relatório

Em desfavor do contribuinte, CESAR FERNANDO PILATI, foi lavrado o Auto de Infração de fls. 02/08, no qual é cobrado o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural — ITR, exercício 2000, relativo ao imóvel denominado "Bom Comércio e La Paz", localizado no município de Labrea - AM, com área total de 9.300,0 ha, cadastrado na SRF sob o n° 15.475-0, no valor de R\$ 185.990,00 (cento e oitenta e cinco mil novecentos e noventa reais), acrescido de multa de lançamento de ofício e de juros de mora, calculados até 29/04/2005, perfazendo um crédito tributário total de R\$ 444.162,71 (quatrocentos e quarenta e quatro mil cento e sessenta e dois reais e setenta e um centavos).

No procedimento de análise e verificação das informações declaradas na DI IR/2001 e dos documentos coletados no curso da ação fiscal, conforme Demonstrativo de Apuração do ITR, fl. 14, a fiscalização apurou a seguinte infração:

a) exclusão, indevida, da tributação de 9.300,0 ha de área de utilização limitada.

A exclusão indevida, conforme Descrição dos Fatos e Enquadramento Legal fl.12, tem origem na falta de apresentação do Ato Declaratório Ambiental - ADA. O Auto de Infração foi postado nos correios tendo o contribuinte tomado ciência em 10/06/2005, conforme AR de fl. 23.

Não concordando com a exigência, o contribuinte apresentou, em 27/06/2005, a impugnação de IIs. 37/44, alegando, em síntese:

- que preencheu a declaração na forma prevista nas instruções comidas no manual de preenchimento do DIAT;
- que não cabe ao IBAMA ratificar, muito menos retificar, o contido em dispositivo legal;
- que na realidade o auto de infração não constitui lançamento de tributo e sim um confisco de patrimônio do requerente;
- que a Lei n° 4.771/65 estabelece que nas florestas e outras forma de vegetação nativa, mesmo não situadas co, áreas de preservação permanente nem as sujeitas ao regime de utilização limitada, 80% da propriedade deve ser mantida como reserva legal.

A DRJ-Recife ao apreciar as razões da contribuinte, julgou o lançamento procedente, nos termos da ementa a seguir:

**ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - ITR**

*Exercício: 2001*

**ÁREA DE UTILIZAÇÃO LIMITADA.**

**COMPROVAÇÃO.**

*Sendo a área de utilização limitada constante do Ato Declaratório Ambiental (ADA), protocolado no Ibama, no prazo de seis meses, contado da data da entrega da DITR, e sendo a área de reserva legal averbada à margem da inscrição de matrícula do imóvel, no registro de imóveis competente, até a data da ocorrência do fato gerador, deve ser considerada área não tributável pelo ITR.*

**ASSUNTO: NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO**

*Exercício: 2001*

***ISENÇÃO. INTERPRETAÇÃO LITERAL.***

*A legislação tributária que disponha sobre outorga de isenção deve ser interpretada literalmente.*

***TRIBUTO COM EFEITO DE CONFISCO.***

*A proibição Inscrita no inciso IV, art. 150, da Constituição Federal de 1988, de utilizar tributo com efeito de confisco, destina-se ao legislador porque, para a autoridade administrativa, a atividade de lançamento é vinculada e obrigatória, sob pena de responsabilidade funcional.*

***Lançamento Procedente***

Insatisfeito, o contribuinte interpõe recurso voluntário ao Conselho onde reitera as mesmas razões da impugnação.

É o relatório.

**Voto**

Conselheiro Antonio Lopo Martinez, Relator

Do exame dos autos verifica-se que existe uma questão prejudicial à análise do mérito da presente autuação, relacionada com a preclusão do prazo para interposição de recurso voluntário ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais.

A decisão de Primeira Instância foi científica ao contribuinte através do correio em **02/06/2008** (fls. 72). Entretanto a peça recursal, somente, foi protocolada **04/07/2008**, conforme atesta documento de fls. 78, portanto, fora do prazo fatal de 30 dias. Caberia ao suplicante adotar medidas necessárias ao fiel cumprimento das normas legais, observando o prazo fatal para interpor a peça recursal.

Nestes termos, posicionei-me no sentido de não conhecer do recurso voluntário, por intempestivo.

É o meu voto.

(Assinado digitalmente)

Antonio Lopo Martinez